

OS ESPÍRITAS E ANÁLIA FRANCO: PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

AZEVEDO, Alexandre Ramos de – UFRJ

GT-02: História da Educação

1. Sobre a invisibilidade das práticas espíritas: uma história a ser “descoberta”

Muito pouco se sabe a respeito da atuação dos espíritas nos campos da história da infância e da educação. Supomos, pelo menos até o momento, que esta lacuna se deve tanto à baixa relevância atribuída pelos historiadores às ações e instituições produzidas pelos adeptos do Espiritismo quanto ao caráter marginal assumido por estes atores sociais. Invisibilidade ou silenciamento são, portanto, as explicações que acreditamos encontrar para a quase ausência de pesquisas históricas específicas.

Em primeiro lugar, podemos dizer que estamos procurando trilhar aqui o caminho de uma “micro-história”, contrariando, segundo Burke (2005, p. 60-1), “um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais”. Inclina-mo-nos, ainda, a concordar com Michel de Certeau quando defende que:

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das racionalidades adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (Certeau, 2002, p. 87).

Assim, se os espíritas receberam o estigma tanto de “feiticeiros” como de “loucos”, talvez não estejamos exagerando ao cogitar do prolongado processo de marginalização de seus discursos, representações e práticas dentro dos campos de investigação e linhas de pesquisa, referentes à história da assistência e instrução da infância. Mesmo admitindo, com Jean-Claude Schimitt, que uma certa tendência pelo “desvio” ou pelos “desviantes” vem afetando a escrita da história nas últimas décadas (Schimitt, 1988, p. 261), concluímos que alguns aspectos dos territórios social e cultural ainda permanecem inexplorados.

2. Situando e problematizando nosso objeto a partir de seus primeiros vestígios

Não encontramos facilmente referências ao nosso objeto na literatura especializada, seja no campo da história da infância ou no da história da educação. Mas, desde o início, duas frentes de trabalho se apresentaram mais fecundas. A primeira delas dizia respeito às instituições que visaram, segundo modelos bastante comuns no período histórico investigado, proteger a infância: os chamados abrigos ou asilos para “órfãos” ou crianças “abandonadas”. Sobre este assunto, Irene Rizzini será a primeira a nos informar que:

Em 1940, o juiz de menores do Rio de Janeiro Saul de Gusmão (1941¹) deu início ao “serviço de recenseamento e fiscalização das casas de proteção à infância” (p. 59). Com esse fim, o curador de menores inspecionou pessoalmente 54 estabelecimentos, 33 deles registrados no Juízo de Menores. Das instituições registradas, 27 eram católicas e 6 espíritas (Rizzini, 1995, p. 267).

A história desses asilos ou abrigos espíritas nos pareceu bastante viável e promissora, até porque grande parte deles continua em funcionamento até os dias de hoje. Por exemplo, dentre as instituições mais antigas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, podemos citar, por ordem de fundação, algumas que já existiam na época da inspeção feita pelo juiz Saul de Gusmão: Abrigo Thereza de Jesus (1919), na Tijuca; Lar Anália Franco (1922), no Rocha; Asylo Espírita João Evangelista (1923), em Botafogo; Solar Bezerra de Menezes (1933), em São Cristóvão; Abrigo Nazareno (1933), em Campo Grande; e Casa de Luciá (1937), no Méier.

A outra frente de pesquisa que logo de início percebemos se concentrava numa personagem com ares de “mito”. Referimo-nos à Anália Franco, que para os espíritas é um grande “vulto” e tem merecido a atenção de diversos biógrafos, tais como Wantuil (1969), Godoy (1981) e Monteiro (1992). Mas fora do círculo dos autores espíritas, identificamos pelo menos dois grupos de pesquisadores que também a tiveram em foco: um que se dedica aos estudos sobre “gênero” – Muzart (2000) e Schumacher & Brazil (2000) – e o outro que a tem descoberto por seu pioneirismo nas práticas de educação infantil. Neste segundo grupo incluímos Kishimoto (1988) e Kuhlmann Jr. (2000, 2001 e 2002).

Sobre Anália Franco, as histórias da infância e da educação nos informam muito pouco. Por esta via, ficamos sabendo, por exemplo, que:

¹ Saul de GUSMÃO. *Proteção à infância* (Relatório do Juiz de Menores do Distrito Federal – 1940). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941 (cf. Rizzini, 1995, p. 267).

Em São Paulo, em 1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Anália Franco, espírita, filiada ao Partido Republicano, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a *Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim-de-infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher (Kuhlmann Jr., 2001, p. 87).

Diante, porém, dos dois caminhos que nos convidavam, acabamos por tomar um outro rumo, o qual possibilitou abarcar os anteriores, ajudando-nos a responder dúvidas e questões que surgiram desde a pesquisa exploratória apresentada até aqui. Em primeiro lugar, queríamos não só inventariar as práticas espíritas de assistência e escolarização da infância, procurando saber “quando” surgiram e “quais” as primeiras iniciativas. Pretendíamos também investigar o “porquê” da entrada dos espíritas na história dessas práticas, buscar as “motivações” e a “função” que tiveram para este grupo social, inserido num contexto histórico-social-cultural mais amplo.

Por outro lado, não abandonamos Anália Franco. Simplesmente, preferimos procurar entender como sua “obra” se relacionou com aquela que foi assumida pelos espíritas de modo direto, podendo atrair para si o mesmo adjetivo “espírita” que o nome de Anália também passou a receber. O que não demorou muito para percebermos foi que as instituições que Anália Franco fundou, em sua maior parte não poderiam ser chamadas de instituições espíritas.

A delimitação do nosso objeto de pesquisa, contudo, nos termos com os quais acima o descrevemos, se deveu em muito às fontes documentais que fomos incorporando no decorrer do processo, principalmente as de caráter serial, como a revista “Reformador”, órgão da Federação Espírita Brasileira (FEB) fundado em 1883.

3. Duas descobertas da infância: pela caridade e pela educação espíritas

3.1 As “obras da caridade espírita” entram em cena

Outra fonte importante merece destaque: o depoimento de um espírita português que esteve em visita ao Brasil no ano de 1955. Isidoro Duarte Santos dirigia a revista “Estudos Psíquicos” de Lisboa e deixou suas valiosas impressões registradas nos dois volumes publicados sob o título “O Espiritismo no Brasil (ecos de uma viagem)”.

Nesses volumes verificamos que Isidoro, ao chegar ao Brasil, vai a muitos “centros espíritas”, participando de palestras, conferências e eventos ou atividades de

diferentes tipos. Mas grande parte do tempo de sua viagem é utilizada para visitar um tipo de instituição espírita bem específico, que se multiplicava a cada dia nas terras brasileiras. Eram casas que se dedicavam à assistência, dentre as quais ressaltavam-se inúmeros abrigos para crianças: Casa de Luciá, no Rio de Janeiro-DF; Lar de Jesus, em Nova Iguaçu-RJ; Educandário Espírita Demétrio Monteiro e Orfanato Dr. March, em Niterói-RJ; Lar de Maria, em Macaé-RJ; Escola Jesus-Cristo, em Campos-RJ; Casa da Criança Abandonada, em Cachoeira Paulista-SP; Lar Manuel Pessoa de Campos, em Três Rios-RJ; Instituto Jesus e Instituto Maria, em Juiz de Fora-MG; e Abrigo Jesus, em Belo Horizonte-MG.

Por outro lado, desde 1927 encontramos outro senhor, de nome João Torres, escrevendo uma série de artigos na imprensa espírita da capital brasileira, intitulados “As obras da caridade espírita”, demonstrando a existência de um número razoável de instituições, dentre elas, principalmente, abrigos para crianças. O que essa série de artigos nos apresenta de bastante significativo é o conhecimento de que, pelo menos a partir do final da década de 20, os espíritas já fazem um inventário das obras assistenciais que surgiram dentro de seu movimento. Essas obras se tornam um orgulho para os adeptos do Espiritismo e passam a povoar seu imaginário, o que acabava estimulando ainda mais a proliferação das mesmas.

A chave inicial para compreender o “orgulho” espírita em relação à suas obras sociais, veio através de Marcelo Camurça², o primeiro que encontramos levantar a tese de que os espíritas tiveram na constituição de obras filantrópicas um importante instrumento de afirmação de sua identidade religiosa e de legitimação. Ainda mais quando sabemos que o movimento espírita sofreu grandes embates em duas frentes, desde o final do século XIX. De um lado, diante do campo científico, onde além de “fábrica de loucos” sofreu sistematicamente a acusação de charlatanismo, curandeirismo e prática ilegal da medicina. De outro, no campo religioso, no qual o Espiritismo era tido como coisa do “Demônio”. Assim, para Camurça, “o exercício da caridade logrou assegurar reconhecimento e popularidade para o movimento que se traduz no número considerável de instituições kardecistas na cidade [Juiz de Fora – MG] e na alta freqüência a elas” (1997, p. 154).

Mas, quando perguntamos a qualquer espírita sobre o porquê de tantas instituições voltadas para “o exercício da caridade”, eles recordarão do lema “Fora da

² Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF.

caridade não há salvação”, adotado desde os primeiros anos da doutrina espírita, ainda na França. Entretanto, encontramos na Revista Espírita³ de julho de 1866 a mensagem atribuída a um Espírito defendendo que os espíritas deveriam fazer “como os católicos, contribuindo com alguns centavos por semana e capitalizando esses recursos, de modo a chegarem a fundações sérias, grandes e verdadeiramente eficazes”. Até porque, defendia ele que uma iniciativa assim, além de promover o bem, se constituiria em “um monumento do valor moral do Espiritismo, tão caluniado, hoje e ainda por muito tempo, encarniadamente”. Ou seja, havia sim, como se prever o valor de uma ação social maior, que apenas acabou sendo concretizada mais tarde, notadamente pelos espíritas brasileiros.

Nesse processo de constituição da identidade espírita, podemos dizer que muitos olhares se voltam para a ação social desenvolvida pelos espíritas brasileiros. De um lado, como não poderia deixar de ser, existia a Igreja que procurava defender o seu “rebanho”. Alguns opúsculos foram publicados recomendando a “interdição de qualquer ajuda ao espiritismo”, inclusive aos “asilos, creches, maternidades, hospitais, albergues noturnos, etc.”, enfim, a tudo o era feito em nome da “caridade” pelos espíritas, mas que não passava de “propaganda da doutrina espírita”, que acaba sendo sustentada por contribuições que eram arrecadadas através de “petitórios, subscrições, festas populares etc. (...) entre os próprios católicos” (Frei Boaventura, 1954, p. 27).

Nessa “Campanha Nacional contra a Heresia Espírita”, defendia-se:

1. suscitar obras sociais, católicas ou de inspiração católica, que se antecipem a obras similares mantidas pelo Espiritismo ou que lhes contrabalancem a eficácia, caso tenha cabido ao Espiritismo a iniciativa; 2. atuar junto ao Conselho Nacional de Serviço Social e aos Exmos. Congressistas, mostrando a incongruência de manter o art. 284 do Código Penal e atribuir subvenções a instituições espíritas que, a pretexto de caridade, vão promover exercício ilegal da medicina; 3. esclarecer os católicos sobre as penalidades para os que contribuem, com dinheiro ou com trabalho, para obras heréticas (Frei Boaventura, 1954, p. 62).

Mas, outros seguimentos sociais passam a identificar a atuação espírita no campo da assistência social, como já demonstra a citação acima. Os espíritas, em muitas cidades, tornam-se parceiros do poder público. Isidoro, ao passar pela cidade de

³ Sobre a Revista Espírita podemos dizer que se trata da primeira revista dedicada ao Espiritismo e que cumpre o papel de articular o movimento espírita nascente. Esta foi dirigida por Allan Kardec – aquele que é considerado o “codificador” da doutrina espírita – desde a fundação daquela revista, em janeiro de 1858, até a desencarnação dele em março de 1869.

Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, narra que “o Albergue Noturno fornece café e banhos e mantém-se em perfeita ligação com o Delegado Policial (...) As autoridades estão em ligação com o Espiritismo na luta contra a indigência, o maior cancro social! Matar a Doutrina seria flagelar a comunidade” (1960a, p. 209-10).

Mais adiante, o viajante confirma o recebimento, pelas obras sociais espíritas, de subvenções públicas. Ainda se referindo ao trabalho desenvolvido na cidade de Cachoeira Paulista, ele afirma que:

O Estado entra com muito pouco no auxílio às obras espíritas. Em 1955 a subvenção federal foi de 2.000 cruzeiros; a estadual de 10.000 e a municipal de 1.000. Uma ninharia. Mercê de fortes diligências houve subvenção federal extraordinária de 95.000 cruzeiros que permitiu a ampliação das obras (Santos, 1960a, p. 210).

Os próprios espíritas, conforme vimos, tomam conhecimento das instituições que vinham sendo fundadas, o que, para eles, passa a ser motivo de orgulho e, porque não dizer, de afirmação da identidade, pois segundo Pesavento (2004, p. 91) a “identidade se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores. Assumir uma identidade implica encontrar gratificação com esse endosso”.

Acreditamos, com isso, que além de movidos, sem dúvida, pelo lema “Fora da caridade não há salvação”, os espíritas tiveram efetivamente consciência do importante papel desempenhado pelos “monumentos da fé” que erigiram. Eram, mais que uma obra de propaganda doutrinária, um atestado necessário de suas boas intenções cristãs, que os ajudaram a enfrentar com muita desenvoltura a hostilidade diante da qual se sentiram vitimados. Uma afirmação, para os outros e para si mesmos, da identidade espírita.

3.2 Fora da caridade não há salvação! E fora da educação?

Apesar de com menor destaque que as “obras da caridade espírita”, a investida no terreno da educação escolar também mereceu a atenção dos espíritas, inclusive a do viajante que acompanhamos passo a passo. Os estabelecimentos escolares visitados e citados por ele em seus registros são em número inferior e com menos destaque que os abrigos ou asilos. Entretanto, a seguinte passagem parece supor que as práticas de escolarização eram bem mais comuns do que poderíamos imaginar:

Há estômagos vazios? Além está a Sopa. Há desamparados? Lá esta o Lar ou o Albergue. Há muito analfabeto? Mas cada Centro tem a sua escola. Há

mães que não podem levar os filhos para o trabalho? Os berçários resolvem a questão. Há mulheres que a sociedade repudiou? As casas transitórias estão prontas a recebê-las. Há loucos sem abrigo? O Espiritismo construiu sanatórios e hospitais. (Santos, 1960b, p. 98).

Incluídas entre várias modalidades de assistência social, estão as escolas mantidas pelos centros espíritas com a finalidade de enfrentar o “analfabetismo”. Pela citação, parece-nos uma prática corriqueira, difundida, mas de pequeno porte. Algumas iniciativas, no entanto, foram mencionadas por Isidoro: “Escola Primária” do Centro “Auxiliadores Espirituais”, em São Lourenço-MG; Escola Industrial Nazaré, mantida pelo Centro “Ivon Costa”, em Juiz de Fora-MG; Escola Primária Espírita de Pascoal Comanducci, a qual funcionava no Centro Espírita Francisco de Assis, em Belo Horizonte-MG; e Ginásio “O Precursor”, mantido também em Belo Horizonte-MG pela União Espírita Mineira.

Das obras acima mencionadas, a última foi a que mereceu maior destaque, inclusive no que se refere ao seu reconhecimento oficial pelo Ministério da Educação em março de 1955. Mas o Ginásio “O Precursor” não seria uma obra isolada da União Espírita Mineira, que também mantinha a Associação Cristã Espírita Limitada, definida pelo cronista português da seguinte forma:

uma sociedade de capital crescente e ilimitado aberta a todos os espiritistas e trabalha na construção de um internato para a juventude, de uma Escola de Formação de professoras primárias e de outra (Filosofia) para ensino secundário, com o fim de criar escolas e ginásios nos municípios do Estado, que são numerosos, atenta a superfície e população de Minas Gerais (*ibid.*, p. 188-9).

Nesta citação podemos constatar que havia uma ação organizada pela União Espírita Mineira, com vistas à multiplicação das “escolas” e “ginásios” pelos municípios de Minas Gerais. Não à toa, talvez, as iniciativas mencionadas por Isidoro localizavam-se todas em cidades mineiras. Mas no final do segundo volume da obra de Isidoro encontramos a confirmação de que essas escolas se espalhavam por outras partes do país: a FEB subvencionava mais de 20 escolas espalhadas por todos os Estados (cf. Santos, 1960b, p. 235); por esse motivo, a Federação recebe um elogio acompanhado da defesa do estreito vínculo entre o Espiritismo e a “obra educativa”:

Bastava esta faceta para dignificar uma agremiação que não tivesse outros pergaminhos. Nada existe de mais grandioso do que instruir as multidões ignorantes. (...) E como já dissemos noutra parte desta obra, foi a obra

educativa que mais nos sensibilizou durante a viagem de amizade e compreensão que fizemos através do Brasil (*id. ibid.*).

Assim como a caridade, a educação também era valorizada pelos espíritas. Uma e outra, contudo, tiveram um longo caminho entre os discursos e as práticas. A fundação dos primeiros abrigos ou asilos, bem como das primeiras escolas espíritas no Brasil, pôde ser acompanhada por nós através da principal revista espírita brasileira: Reformador.

4. Duas “descobertas” em Reformador

4.1 A descoberta de Leopoldo Cirne

Leopoldo Cirne foi presidente da FEB de 1900 a 1913. Nesse cargo, ele estava à frente não apenas da instituição que se tornava a principal articuladora do movimento espírita brasileiro, mas também de uma revista de grande alcance. Na verdade, o papel desempenhado por aquela revista foi fundamental para o desenvolvimento no Brasil de um movimento espírita organizado. O Reformador, juntamente com outros jornais e revistas espíritas, nacionais e estrangeiros, era um canal de comunicação constante, ajudando a formar as identidades dentro do movimento espírita internacional.

Apresentado o Reformador como nossa fonte privilegiada das representações e práticas espíritas, vamos nos deter um pouco no mapeamento do período em que Leopoldo Cirne esteve à frente da Federação. Naquele momento, os espíritas brasileiros se encontravam em fase de bastante expansão e dinamismo. Um marco, neste sentido, foi o ano de 1904, que trouxe mudanças significativas, principalmente no que se refere à ação social dos espíritas. O motivo desse caráter excepcional talvez possa ser atribuído às festas de comemoração do centenário de nascimento de Allan Kardec, realizadas nos dias 1 a 3 de outubro, as quais incluíram em seu roteiro, publicado no Reformador de 15 de junho, a “inauguração das aulas de humanidades, na sede da Federação, de acordo com o programa que tiver sido organizado, abrindo-se para isso oportunamente a respectiva matrícula”

Esta pode ser considerada a primeira investida da Federação no campo da educação escolar, pois o chamado “curso de humanidades” era a reunião de aulas de português, francês, aritmética e filosofia (moral), iniciadas com vistas à concretização do “sonho” de se ter um curso completo do que na época poderia ser chamado de “instrução secundária”. Na ocasião, também, um documento intitulado “Bases da Organização Espírita” foi discutido e aprovado por “delegados” que representavam os

espíritas de diversos Estados brasileiros. Esse documento continha, dentre outras, a recomendação de se instituir por toda parte “cursos gratuitos de instrução elementar ou secundária, com uma parte destinada ao ensino da moral ou filosofia espírita” (Reformador de 15 de novembro de 1904).

Tendo consultado o Reformador desde 1883, podemos dizer que antes das “festas” e das “Bases” não existiram ou pelo menos não eram noticiadas iniciativas no campo da educação escolar como aquelas que passamos a encontrar dali em diante. Neste sentido, no Reformador de 1º de janeiro de 1905, Cirne começará a ser o grande defensor do que denominou de “obra espírita”. Em termos de educação escolar, ele defenderá:

Sobreleva (...) na ordem dos benefícios a realizar em nome da fraternidade espírita, a instituição das aulas gratuitas de instrução elementar, ou secundária, mas sobretudo elementar, porque, se é útil desenvolver a inteligência nas aquisições do conhecimento superior, necessidade mais imperiosa é dissipar as primeiras trevas da ignorância, emancipando da sua acabrunhadora tutela não somente os adultos que a negligência própria deixou ao abandono, mas sobretudo a infância, que é o penhor e a esperança do futuro.

Até este ponto, está apresentada a necessidade da instrução de forma bem geral. E vimos, então, os espíritas abrindo escolas elementares para crianças e adultos. Mas em seguida Cirne continua a abordar o tema noutra perspectiva, direcionando-se para a disputa de projeto de sociedade ou civilização com as escolas católicas:

Em nosso passado editorial tivemos ensejo de evidenciar o perigo, que, de resto, ninguém de boa fé dirá que exageramos, incontestavelmente existente para as novas gerações brasileiras, no fato de estarem os membros das congregações religiosas, vindos do estrangeiro, se colocando à testa dos estabelecimentos de ensino, tornados assim um campo fecundo à difusão dos ensinamentos retrógrados da igreja de que são representantes. (...) Urge que em tal sentido se volvam as suas vistas, e que quanto antes se trata de reunir os meios morais e materiais para a criação dos cursos sob tais auspícios, com isso não somente se opondo uma barreira salutar às ameaçadoras pretensões da igreja...

Quanto aos asilos, que não haviam sido mencionados nas “Bases”, começarão a aparecer como um projeto futuro, quando existirem as condições de seu financiamento:

Para já não falar da fundação de asilos e hospitais, que, por sua natureza complexa e dispendiosa, exigindo a multiplicidade de um concurso com que por ora não seria lícito contarem as agremiações espíritas, em geral de

formação mais ou menos recente, deixamos propositalmente de incluir nas “Bases”.

Realmente, os asilos somente surgirão alguns anos mais tarde⁴. Mas as escolas começaram a proliferar, basicamente nas sedes das próprias instituições espíritas, aproveitando os espaços existentes ou ampliando-os, provavelmente com condições bastante precárias. É interessante notar que a intenção de criar escolas surge ao mesmo tempo, mas com maior ímpeto do que a de instituir abrigos ou asilos. Entretanto, são estes últimos que com o tempo ganharão destaque. As instituições dedicadas à educação escolar, ressalvadas as exceções, não terão a mesma força e continuidade que suas irmãs dedicadas à proteção da infância sob a inspiração da “caridade”.

4.2 A re-descoberta de Anália Franco

Sobre Anália Franco, apesar de nunca duvidarmos de sua adesão ao Espiritismo, não pudéramos comprovar antes se ela teve alguma participação na constituição das “obras” espíritas, até porque a “Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Estado de São Paulo” não tinha um caráter confessional. A AFBIESP, fundada em 1901, teve Anália Franco como primeira e única presidente até seu falecimento. Antes desse período, Anália vinha se dedicando ao magistério, à literatura e à imprensa feminina. Mas tudo que ela fez fora da Associação, a partir de 1901, pode ser considerado, em nossa opinião, como algo secundário em sua vida.

Não podemos falar de Anália Franco, contudo, sem lembrar de Francisco Antonio Bastos, seu esposo desde 1906. Antes do casamento, porém, verificamos o nome dele nas páginas do Reformador de 1º de janeiro de 1903, numa lista de pessoas que haviam adquirido antecipadamente junto à FEB uma edição especial das obras de Allan Kardec cujo lançamento fazia parte das comemorações pelo centenário do seu nascimento. Em 1º de março de 1905 seu nome aparece compondo a diretoria do Centro Espírita de São Paulo, no cargo de 1º tesoureiro. Já era, portanto, um adepto do Espiritismo, atuando nas tarefas administrativas de um centro espírita que volta e meia era noticiado na revista da Federação.

Mas foi em 1905 que Anália Franco e sua Associação aparecem pela primeira vez nessa fonte. Na edição do dia 1º de novembro é mencionada a publicação de seu “Novo Manual Educativo para Nossos Filhos”. Anália não é apresentada ainda como

⁴ O primeiro asilo assumidamente espírita que tivemos notícia pelo Reformador foi o Abrigo Thereza de Jesus, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1919.

espírita e sim como “infatigável evangelizadora”. Naquele ano, em 15 de dezembro, aparece uma referência a uma nova publicação, desta vez o Relatório da AFBIESP, enviado à Federação, onde será tratada de “infatigável preceptora”.

No final do ano de 1906, o nome de Anália aparece duas vezes. Em 3 de outubro, quando são noticiados os recebimentos dos estatutos da Sociedade Promotora da Instrução da Infância “Anália Franco”, do Amparo-SP; e da Associação Protetora de Instrução à Infância “Anália Franco”, da Fazenda Serra Vermelha, Itaocara-RJ. Já em 15 de novembro, um senhor de nome “Agrippino Veado” comunica a suspensão da publicação da revista “Espiritismo” e agradece alguns “confrades” que haviam colaborado na mesma, dentre os quais figura o nome de Anália Franco.

Essa referência a ela como “confrade” e colaboradora de uma revista com o nome de “Espiritismo” nos apontou indiretamente o seu reconhecimento como espírita, o que acabou sendo confirmado definitivamente em 1º de fevereiro de 1907, quando um outro comentário a respeito do “Novo Manual Educativo para Nossos Filhos” apresentará Anália Franco como “irmã em crença”.

Mas a grande notícia que lhe garantirá maior projeção entre os espíritas virá em 1º de janeiro de 1909:

A escassez de espaço não nos tem permitido ocupar-nos convenientemente de uma idéia de considerável importância, planejada por nossa esforçadíssima e respeitável irmã D. Anália Franco, de S. Paulo. Referimo-nos à fundação de um “Instituto Espírita de instrução primária, secundária e profissional para os filhos de espíritas. Medida de utilidade imediata e de grande alcance para o futuro da nossa doutrina, merece bem todo o apoio dos espíritas e reclama de nossa parte detidas apreciações, que só podem ser favoráveis, e que faremos proximamente.

Ela demonstra interesse em fundar uma instituição espírita nos moldes em que outras já estavam sendo tentadas. Algumas tiveram sucesso temporário e pouquíssimas alcançaram vida longa. Era o modelo que Leopoldo Cirne queria ver multiplicado, conforme várias vezes declarou no Reformador. Em 1º de fevereiro de 1909, ele irá apreciar com mais calma o fato tão aguardado:

Há muito se faz sentir a necessidade de estabelecimentos de educação e instrução peculiares, em que os espíritas possam fazer preparar seus filhos, iniciando-os desde cedo no conhecimento, ao menos, dos princípios gerais desta doutrina que está destinada a transformar o mundo. (...) No Brasil, infelizmente, nada de semelhante possuímos, ou antes, possuíamos. Porque uma louvável iniciativa acaba de ser tomada por nossa digna e respeitável

irmã em crença D. Anália Franco, de S. Paulo, eficazmente secundada por seu esposo e também nosso confrade Francisco Antonio Bastos.

Na ocasião, Bastos já aparece ao lado de Anália. Entretanto, uma outra afirmação, no mesmo artigo, confirmará a tese com que vínhamos trabalhando. Cirne dirá, se referindo à Anália Franco:

Não lhe bastava a meritória tarefa que há longos anos vem realizando, em meio de ingentes sacrifícios e com inquebrantável perseverança, e que se corporifica na Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de S. Paulo, com seu Asilo e Creche, destinada a recolher, amparar e educar os filhos de pais inválidos e crianças órfãs, estabelecimento aquele de caráter puramente leigo e humanitário. Agora deliberou a nossa irmã fundar um “Instituto Espírita de instrução primária, secundária e profissional para os filhos dos espíritas”, a fim de poder atender aos múltiplos pedidos que de confrades nossos tem recebido, para admissão de seus filhos no Asilo, onde, entretanto, os não pode acolher, por se achar repleto...

A AFBIES era uma instituição claramente laica e deveria continuar dessa forma, dando continuidade à intenção do grupo de fundadoras. Anália Franco era a presidente, mas não a “dona” da Associação, a qual tinha outra filiação no contexto histórico da época. As mulheres, reunidas agora em instituições laicas, começavam a ocupar o espaço também da assistência social, dando continuidade ao que já vinha ocorrendo no campo da caridade religiosa, com as “irmãs de caridade” e as “damas de caridade”.

Apesar do imenso esforço que deveria merecer de Anália a AFBIES, ela ainda gostaria de contribuir com a “obra espírita”. Tanto que ela envia seu projeto de instituição para o conhecimento e opinião da Federação e Cirne informar:

Num requinte de cortesia e generosidade, a nossa respeitável irmã se dignou solicitar a nossa opinião e beneplácito. Mas só podemos ter aplausos para essa obra de incalculável alcance sobre a marcha e o futuro do Espiritismo no Brasil, sendo para desejar que nas capitais de todos os Estados, e mais tarde em todas as cidades do país, essa benemérita iniciativa seja posta em prática, dentro dos moldes de uma orientação esclarecida, porque os seus frutos só podem ser benéficos. A existência de tais Institutos corresponde a uma necessidade insofismável, e tem que ser parte integrante da organização espírita – período que sucederá ao de simples vulgarização, e no qual já nos vamos ensaiando.

A partir daí, o mito que já estava em franco desenvolvimento só fará crescer. Praticamente um mês depois dessa sua última presença, Anália encontrará novamente espaço nas páginas daquela revista para, desta vez, ser homenageada através da poesia

de Casimiro Cunha⁵, cujo título é “Anália Franco”. Este fenômeno se manifestou novamente através da fundação, em 27 de março daquele ano, de um grupo espírita de nome “Anália Franco”, na cidade de Sapucaia-RJ. O registro deste fato foi encontrado no Reformador de 1º de junho de 1909. Tivemos a informação, pela edição de 15 de fevereiro de 1911, de um outro “Grupo Espírita Anália Franco” que havia sido fundado em 4 de setembro de 1910, no Estado de Goiás, vila de Rio Bonito.

Quanto à fundação do instituto espírita prometido, esta ficou confirmada através de uma nota que informou sobre o recebimento do “Regimento Interno do Instituto Espírita ‘Natalício de Jesus’, da cidade de S. Paulo, fundado por D. Anália Franco e Francisco Antonio Bastos”. Esta nota foi encontrada na edição de 1º de setembro de 1909 do Reformador.

O início em si das atividades daquela instituição será objeto de uma notícia na revista de 1º de novembro daquele ano, com as seguintes palavras:

O altruístico projeto de nossos respeitáveis irmãos Sr. Francisco Antonio Bastos e sua dedicada esposa D. Anália Franco, relativo à fundação de um “Instituto Espírita de instrução primária, secundária e profissional”, a que já tivemos ocasião de nos referir com aplausos no Reformador de 1 de fevereiro deste ano, acaba de entrar em via de auspiciosa realização. No dia 4 de agosto passado foi instalado em S. Paulo, à rua Quirino de Andrade n. 39, o “Instituto Espírita Natalício de Jesus”, com matrícula de 20 desvalidos órfãos, que ali tiveram ingresso. As aulas secundárias, para interno, bem como as noturnas para ensino da doutrina espírita aos adultos, deviam ter sido instaladas em setembro, o que acreditamos já tenha sucedido. Congratulamo-nos com aqueles dedicados irmãos em crença, pelo alvissareiro fato, e de novo lembramos aos espíritas a necessidade e o dever de amparar com seus auxílios essa obra benemérita.

Essa notícia, acompanhada dos registros posteriores, nos fez pensar sobre uma provável perda de “encanto” de Leopoldo Cirne em relação ao Instituto Espírita Natalício de Jesus. Isto porque, em primeiro lugar, está demonstrado que quem estaria na direção daquela instituição não seria o mito “Anália Franco” e sim o seu esposo, Francisco Antonio Bastos. Outra coisa, o projeto inicial era, segundo o redator deixou claro, um “Instituto Espírita de instrução primária, secundária e profissional”. Mas na realidade a vocação da recém-fundada instituição já estaria se manifestando quando o registro nos diz que ele iniciou “com a matrícula de 20 desvalidos órfãos”.

⁵ Poeta, espírita, cego desde os 16 anos, nascido em Vassouras-RJ.

Daquele momento até 1912, quando o casal desapareceu do Reformador para reaparecer apenas em 1922⁶, ficou bem claro para nós que, para o público em geral, deveria ser passada a seguinte mensagem: Anália era AFBIESP e Bastos, Instituto Espírita Natalício de Jesus. Acreditamos que era essa não só a mensagem da Federação, mas também do casal, pois o Espiritismo não poderia se imiscuir nos assuntos da AFBIESP, muito maiores do que a pequena “obra” que o instituto acabou representando. No relatório da AFBIESP de 1909, enviado para a Federação e exposto amplamente na revista de 15 de agosto de 1910 não há menção quanto ao instituto espírita. Inclusive, a AFBIESP tinha como órgão de divulgação a revista “A Voz Maternal”, enquanto o porta-voz do instituto era o jornal “Natalício de Jesus”.

5. Conclusão

As práticas espíritas de assistência e escolarização da infância no Brasil estiveram presentes desde o início do século XX. Apesar de pouco investigadas, nelas verificamos o investimento de sujeitos sociais que procuraram deixar sua marca numa sociedade com graves problemas sociais, dentre os quais a vulnerabilidade e a falta de escolarização da infância. De um lado, a lacuna deixada pela falta de políticas públicas que atendessem grande parcela da população. Do outro, a Igreja católica quase que monopolizando a ação privada. Suas ações, portanto, representavam os novos tempos do pluralismo possibilitado pela chegada do regime Republicano em nosso país.

Dedicarmo-nos à pesquisa dessas práticas, é irmos um pouco além da disputa ou dicotomia entre os elementos religioso e laico na implementação de políticas públicas e privadas de assistência e de educação. Tanto a sociedade como o Estado nunca foram homogêneos nem dissociados um do outro. Logo, as histórias da infância e da educação devem retratar as tensões e a diversidade de relações entre o religioso e o laico no campo das representações e práticas sociais.

As práticas espíritas não puderam, aqui, ser totalmente inventariadas, até porque nossas fontes foram restritas no tempo e no espaço. Também não chegamos a esquadrihar por dentro os tipos de instituições aos quais nos referimos. Entretanto, nos foi possível alcançar alguma compreensão sobre sua difusão e multiplicidade, mas também de certa organização e unificação em torno de uma identidade construída através de suas ações individuais e coletivas, as quais chegaram a serem compartilhadas

⁶ 1922 foi o ano em que Francisco Antônio Bastos fundou, na cidade do Rio de Janeiro, em homenagem à esposa falecida em 1919, o Asilo de Órfãos Anália Franco.

por intermédio de instituições próprias e de meios de comunicação que cumpriram razoavelmente o seu papel articulador.

Neste sentido, percebemos a importância da Federação e do Reformador e vimos como alguns personagens entraram na cena histórica, em especial Leopoldo Cirne e Anália Franco, para mobilizar ou catalisar os esforços individuais e coletivos, transformando idéias distantes no tempo e no espaço em práticas enraizadas histórica, social e culturalmente. Do lema “Fora da caridade não há salvação” desembocam nas “obras da caridade espírita”. Do compromisso doutrinário com a educação entendida de forma ampla e generalizada, direcionam-se para a criação de escolas que aliaram o combate ao analfabetismo, a divulgação do Espiritismo e a escolarização dos próprios filhos dos espíritas.

Isto tudo se deu em um meio social heterogêneo e repleto de tensões. Caridade e educação, abrigos ou asilos e escolas foram parte dos conflitos de disputa hegemônica no campo social e cultural, mas também integraram o consenso e as parcerias construídas com vistas a superar os problemas da sociedade brasileira. Para entender melhor o que se passou, fomos buscar o “microscópio” e enfrentar os preconceitos religiosos e anti-religiosos.

6. Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Fora da Caridade não há Religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. In: *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico/EDUFJF, 2001. v. 7, n. 1, pp. 131-54.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FREI BOAVENTURA, O. F. M. *Material para instruções sobre a heresia espírita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1954.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- GODOY, Paulo A.. *Grandes Vultos do Espiritismo*. São Paulo: Edições FEESP, 1981.
- KISHIMOTO, Tizuko M.. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Infância e Educação Infantil*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Eduardo C.. *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Editora Eldorado Espírita, 1992.

MUZART, Zahidé L.. Anália Franco. In: MUZART, Zahidé L. (org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 243-98.

SANTOS, Isidoro Duarte. *O espiritismo no Brasil (ecos de uma viagem)*. vol. 1. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960a.

_____. *O espiritismo no Brasil (ecos de uma viagem)*. vol. 2. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960b.

SCHIMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

WANTUIL, Zêus. *Grandes Espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1969.